

Ciclo de Gestão															
2024															
Designação do Serviço Organismo:															
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.															
Missão:															
a) Definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional. b) Integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, agricultura e pescas, bem como em matéria de administração local e de cooperação territorial europeia. c) Assegurar o acompanhamento e monitorização da aplicação de programas comunitários provenientes de fundos da União Europeia destinados a Portugal e de outros instrumentos de financiamento de desenvolvimento regional, de que são exemplo os incentivos do Estado aos meios de comunicação social de nível local e regional instalados, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições. d) Gerir o Programa Regional Lisboa 2030, participar na gestão e implementação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), e na implementação do MAR2030. e) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações regulamentares e legais em matéria de ordenamento do território, ambiente, cultura e agricultura e pescas.															
Objetivos Estratégicos (OE):															
												Meta	Grau de Concretização		
OE1: [AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, no contexto das regiões capitais europeias, priorizando a competitividade da economia e a inovação, reforçando a resiliência territorial como elemento vital para a prosperidade e bem-estar (...).												100,00%	100,00%		
OE2: [PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias) (...).												100,00%	108,39%		
OE3: [GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos, por forma a acelerar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional e local alinhado (...).												100,00%	110,39%		
OE4: [POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Execução do PRL 2030, concretizando o caracter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de competitividade (...).												100,00%	102,29%		
OE5: [COOPERAÇÃO EM REDE] Cooperação em rede ao nível local, regional, nacional, ou internacional no contexto da competitividade e inovação e cultura (...).												100,00%	100,00%		
OE6: [EFICIÊNCIA] Gestão orientada para desempenho organizacional e gestão do conhecimento, que conduza à prestação de um serviço público de excelência, suportado em processos transparentes, orientados para resultados (...).												100,00%	112,50%		
Objetivos Operacionais (OP):												Grau de concretização dos Objetivos Estratégicos		105,60%	
EFICÁCIA												PESO:	30,00%		
1 Promover o desenvolvimento empresarial na Região tendo em vista a competitividade da economia através do investimento na continuidade da transição digital no quadro do Sistema de Indústria Responsável												PESO:	25,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1	Elaboração do Relatório de evolução da análise, desenho e implementação de um sistema integrado em ambiente digital, do licenciamento industrial, na CCDR LVT, I.P.			Novo	242	10	174	100,00%	UPDR	Prazo	230	104,41%	Superou	4,41%	
												Taxa de Realização	104,41%		
2 Acompanhar os planos de coGESTÃO das áreas protegidas na RLVT												PESO:	15,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2	Trabalhos conducentes à elaboração e aprovação dos planos de coGESTÃO das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região			Novo	243	10	175	100,00%	UACNB	Prazo	214	110,66%	Superou	10,66%	
												Taxa de Realização	110,66%		
3 Assegurar a execução do plano anual de fiscalização												PESO:	25,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind3	Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN			Novo	40	5	56	100,00%	UFCT	N.º de fiscalizações realizadas	49	114,06%	Superou	14,06%	
												Taxa de Realização	114,06%		
4 Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região Vale do Tejo												PESO:	35,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind4	Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região Vale do Tejo			Novo	242	10	174	100,00%	UPDR	Prazo	230	104,41%	Superou	4,41%	
												Taxa de Realização	104,41%		
EFICIÊNCIA												PESO:	50,00%		
5 Incrementar a instrução de pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico												PESO:	20,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind5	Taxa de pareceres sobre pedidos submetidos no Portal SIRJUE e emitidos no prazo legal (Número de pareceres emitidos no prazo legal / Número de pareceres emitidos)			Novo	90	10	100	100,00%	UC	Número de pareceres emitidos no prazo legal / Número de pareceres emitidos	98,67	100,00%	Atingiu	0,00%	
												Taxa de Realização	100,00%		
6 Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal												PESO:	10,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind6	Pareceres a estudos e propostas emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito dos procedimentos de concertação (Pareceres em prazo / Pareceres totais)			Novo	90	10	100	100,00%	UOT	Pareceres em prazo / Pareceres totais	100	125,00%	Superou	25,00%	
												Taxa de Realização	125,00%		
7 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região												PESO:	20,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7	Taxa de execução do PRLisboa 2030 ((Total do Valor Executado/Total do Valor Programado para o PRLisboa2030) x 100)			Novo	0,5	0,1	0,75	100,00%	AGPRL 2021-2027	(Total do Valor Executado/Total do Valor Programado para o PRLisboa2030) x 100	3,07	357,00%	Superou	257,00%	
												Taxa de Realização	357,00%		
8 Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais												PESO:	10,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind8	Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses (N.º de decisões emitidas / n.º de PCO recebidos)			Novo	70	10	100	100,00%	USIAAL	N.º de decisões emitidas / n.º de PCO recebidos	76,47	100,00%	Atingiu	0,00%	
												Taxa de Realização	100,00%		
9 Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC												PESO:	20,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind9	Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC (N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados)			31	30	2	21	50,00%	UIAP	N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados	26	111,11%	Superou	11,11%	
Ind10	Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento (N.º total dias utilizados na análise PP/n.º total de PP analisados)			50	48	2	34	50,00%	UIAP	N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados	35	123,21%	Superou	23,21%	
												Taxa de Realização	117,16%		
10 Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT												PESO:	20,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind11	Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira) (N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas)			Novo	100	0	125	100,00%	USIAAL	N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas	100	100,00%	Atingiu	0,00%	
												Taxa de Realização	100,00%		
QUALIDADE												PESO:	20,00%		
11 Promover o Programa Qualifica AP no Centro Qualifica AP da CCDR LVT, I.P.												PESO:	50,00%		
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind12	% de Sessões de orientação e encaminhamento (Nº de sessões de orientação e encaminhamento executadas/Nº de sessões de orientação e encaminhamento planeadas)			100	80	10	100	100,00%	Qualifica	Nº de sessões de orientação e encaminhamento executadas/Nº de sessões de orientação e encaminhamento planeadas	100	125,00%	Superou	25,00%	
												Taxa de Realização	125,00%		

12 Otimizar as ferramentas de comunicação da CCDR LVT, I.P.													PESO:	50,00%
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2024	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind13	Concretizar a integração dos sites institucionais da ex-CCDRLVT e ex-DRAPLVT no domínio ccd-r-lvt.pt (Número de sites institucionais da ex-DRAPLVT online)			Novo	0	0	-1	60,00%	UCISTI	Número de sites institucionais da ex-DRAPLVT online	0	100,00%	Atingiu	0,00%
Ind14	Implementar um chatbot no site institucional da CCDR LVT			Novo	1	0	1,25	40,00%	UCISTI	Definição e aprovação interna dos serviços a contratuallar e formalização do pedido de autorização à Tutela para contratação da aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento de um Chatbot para o site institucional da CCDR LVT. I.P	1	100,00%	Atingiu	0,00%
													Taxa de Realização	100,00%

Objetivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP9	OP10	OP11	OP12	
Objetivo Estratégico 1 - [AFIRMAÇÃO] Afirmação da Região, no contexto das regiões capitais europeias, priorizando a competitividade da economia e a inovação, reforçando a resiliência territorial como elemento vital para a prosperidade e bem-estar (...).					X			X					
Objetivo Estratégico 2 - [PARTICIPAÇÃO] Desenvolvimento de dinâmicas de atores, instituições e empresas, na concretização de políticas públicas (nacionais e europeias) (...).		X	X	X									
Objetivo Estratégico 3 - [GOVERNANÇA] Coordenação e articulação intersectorial e regional, integrando no processo decisório a participação informada de todos, por forma a acelerar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional e local alinhado (...).			X	X									
Objetivo Estratégico 4 - [POLÍTICAS ESTRUTURAIS] Execução do PRL 2030, concretizando o carácter distintivo que tem tido no contexto da afirmação de uma região de competitividade (...).				X	X								
Objetivo Estratégico 5 - [COOPERAÇÃO EM REDE] Cooperação em rede ao nível local, regional, nacional, ou internacional no contexto da competitividade e inovação e cultura (...).										X			
Objetivo estratégico 6 - [EVALUAÇÃO] Gestão orientada para desempenho organizacional e gestão do conhecimento, que conduza à prestação de um serviço público de excelência, suportado em processos transparentes, orientados para resultados (...).											X	X	

OBJETIVOS RELEVANTES nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Grau de realização do objetivo	Grau de realização do objetivo (ponderado)	Classificação	OBJETIVOS MAIS RELEVANTES (nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12)
GR EFICÁCIA				32,33%			
OP1: Promover o desenvolvimento empresarial na Região tendo em vista a competitividade da economia através do investimento na continuidade da transição digital no quadro do Sistema de Indústria Responsável	30,00%	25,00%	7,50%	104,41%	26,10%	Superou	
OP2: Acompanhar os planos de cogestão das áreas protegidas na RLVT		15,00%	4,50%	110,66%	16,60%	Superou	
OP3: Assegurar a execução do plano anual de fiscalização		25,00%	7,50%	114,06%	28,52%	Superou	
OP4: Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região Vale do Tejo		35,00%	10,50%	104,41%	36,54%	Superou	RELEVANTE
GR EFICIÊNCIA				78,67%			
OP5: Incrementar a instrução de pareceres técnicos e apoio técnico na área da salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	50,00%	20,00%	10,00%	100,00%	20,00%	Atingiu	RELEVANTE
OP6: Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Territorial à escala municipal		10,00%	5,00%	125,00%	12,50%	Superou	
OP7: Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região		20,00%	10,00%	357,00%	71,40%	Superou	RELEVANTE
OP8: Incrementar a instrução dos procedimentos contraordenacionais		10,00%	5,00%	100,00%	10,00%	Atingiu	
OP9: Garantir a Execução do PDR2020+PEPAC		20,00%	10,00%	117,16%	23,43%	Superou	RELEVANTE
OP10: Acompanhar a execução dos investimentos na região RLVT		20,00%	10,00%	100,00%	20,00%	Atingiu	RELEVANTE
GR QUALIDADE				22,50%			
OP11: Promover o Programa Qualifica AP no Centro Qualifica AP da CCDR LVT, I.P.	20,00%	50,00%	10,00%	125,00%	62,50%	Superou	RELEVANTE
OP12: Otimizar as ferramentas de comunicação da CCDR LVT, I.P.		50,00%	10,00%	100,00%	50,00%	Atingiu	
Total	100,00%	Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes					60,50%

RECURSOS HUMANOS								Dias úteis Planeados 2024	253	Dias úteis Executados 2024 (retirados 3 dias de tolerância de ponto)	250
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços)	Pontuação efetivos Planeados para 2024			Pontuação efetivos Executados para 2024			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP	
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada				
Dirigentes - Direção Superior	20	11	2783	220	10	2500	200	-1	90,91%	89,83%	
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	35	8855	560	33	8250	528	-2	94,29%	93,17%	
Técnico Superior	12	267	67551	3204	213	53250	2 556	-54	79,78%	78,83%	
Coordenador Técnico	9	1	253	9	0	0	0	-1	0,00%	0,00%	
Especialista de Informática	12	3	759	36	2	500	24	-1	66,67%	65,88%	
Técnicos de Informática	8	10	2530	80	7	1750	56	-3	70,00%	69,17%	
Assistente Técnico	8	99	25047	792	78	19500	624	-21	78,79%	77,85%	
Assistente Operacional	5	16	4048	80	12	3000	60	-4	75,00%	74,11%	
		442	111826	4981	355	88750	4 048	-87	81,27%	79,36%	

RECURSOS FINANCEIROS								
Designação	Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (31.12.2024)	Desvio Executado / Disponível (31.12.2024)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)	7 247 671,00 €	38 536 008,00 €	38 177 239,00 €	31 993 227,69 €	6 184 011,31 €	699,50%	83,02%	83,80%
Despesas c/Pessoal	4 986 073,00 €	14 019 491,00 €	14 019 491,00 €	11 617 462,43 €	2 402 028,57 €	48,17%	82,87%	82,87%
Aquisições de Bens e Serviços	1 566 191,00 €	4 157 510,00 €	3 993 144,00 €	2 303 511,81 €	1 689 632,19 €	107,88%	55,41%	57,69%
Outras despesas correntes	198 907,00 €	936 324,00 €	741 921,00 €	336 987,68 €	404 933,32 €	203,58%	35,99%	45,42%
Despesas de Capital / Transferências de capital / Ativos Financeiros	496 500,00 €	19 422 683,00 €	19 422 683,00 €	17 735 265,77 €	1 687 417,23 €	339,86%	91,31%	91,31%
Orçamento de Investimento (OI)	12 350 810,00 €	71 045 944,00 €	70 668 540,00 €	58 199 905,07 €	12 468 634,93 €	444,47%	81,92%	82,36%
Despesas c/Pessoal	1 252 113,00 €	1 754 810,00 €	1 754 810,00 €	1 292 472,46 €	462 337,54 €	36,92%	73,65%	73,65%
Aquisições de Bens e Serviços	1 731 025,00 €	2 585 835,00 €	2 216 244,00 €	1 055 293,36 €	1 160 950,64 €	67,07%	40,81%	47,62%
Outras despesas correntes	9 173 868,00 €	66 191 541,00 €	66 191 541,00 €	55 786 229,39 €	10 405 311,61 €	113,42%	84,28%	84,28%
Despesas de Capital	193 804,00 €	513 758,00 €	505 945,00 €	65 909,86 €	440 035,14 €	227,05%	12,83%	13,03%
Outros Valores								
Total (OF+OI+OV)	19 598 481,00 €	109 581 952,00 €	108 845 779,00 €	90 193 132,76 €	18 652 646,24 €	460,20%	82,31%	82,86%

AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2024					
Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro		Âmbito	Eficácia	Eficiência	Qualidade
		Ponderação	30,00%	50,00%	20,00%
		Resultado	107,76%	157,33%	112,50%
		Quantitativa	133,49%		
		Qualitativa	BOM		
Ref.:	Descritivo	Fonte de Verificação		Justificação do Valor Crítico	
Ind 1	Elaboração do Relatório de evolução da análise, desenho e implementação de um sistema integrado em ambiente digital, do licenciamento industrial, na CCDR LVT, I.P.	Filedoc		232-25% de 232	
Ind 2	Trabalhos conducentes à elaboração e aprovação dos planos de cogestão das áreas protegidas da RLVT e outras iniciativas e ações desenvolvidas na Região	Filedoc		233-25% de 233	
Ind 3	Número de ações de fiscalização realizadas sobre o cumprimento de regimes de proteção especiais REN, RN2000, RAN	Filedoc		45*1,25	
Ind 4	Prazo de elaboração do Relatório de Acompanhamento da implementação do Programa Escolas na Região Vale do Tejo	Filedoc		232-25% de 232	
Ind 5	Taxa de pareceres sobre pedidos submetidos no Portal SIRJUE e emitidos no prazo legal (Número de pareceres emitidos no prazo legal / Número de pareceres emitidos)	Filedoc e Portal SIRJUE		Valor máximo possível	
Ind 6	Pareceres a estudos e propostas emitidos nos prazos estabelecidos em sede de Comissão Consultiva, e no âmbito dos procedimentos de concertação (Pareceres em prazo / Pareceres totais)	Filedoc		Valor máximo possível	
Ind 7	Taxa de execução do PRLisboa 2030 ((Total do Valor Executado/Total do Valor Programado para o PRLisboa2030) x 100)	SIPORLisboa 2020		0,6*1,25	
Ind 8	Taxa de conclusão dos processos de contraordenação por violação de regimes de proteção especiais, no prazo máximo de 10 meses (N.º de decisões emitidas / n.º de PCO recebidos)	Filedoc		80*1,25	
Ind 9	Tempo médio de análise de candidaturas PDR2020/PEPAC (N.º total dias utilizados na análise PA/n.º total de PA analisados)	SIPDR/SIIPEPAC		28-25% de 29	
Ind 10	Tempo médio de análise de pedidos de pagamento apoios/intervenções/investimento (N.º total dias utilizados na análise PP/n.º total de PP analisados)	Controlo Administrativo (IDigital)		46-25% de 46	
Ind 11	Taxa de análise de candidaturas no âmbito da CTF (cooperação técnica e financeira) (N.º de análises emitidas / n.º de candidaturas recebidas)	Filedoc / Aplicação CTF/DGAL		Impossibilidade de superação.	
Ind 12	% de Sessões de orientação e encaminhamento (Nº de sessões de orientação e encaminhamento executadas/Nº de sessões de orientação e encaminhamento planeadas)	Filedoc / Sigo		Valor de 2023	
Ind 13	Concretizar a integração dos sites institucionais da ex-CCDRLVT e ex-DRAPLVT no domínio ccdr-lvt.pt (Número de sites institucionais da ex-DRAPLVT online)	Site		Valor exemplo para funcionar o valor crítico.	
Ind 14	Definição e aprovação interna dos serviços a contraturalizar e formalização do pedido de autorização à Tutela para contratação da aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento de um Chatbot para o site institucional da CCDR LVT, I.P	Filedoc		Impossibilidade de superação	
NOTAS EXPLICATIVAS					
Ind 1	<p>O Decreto-lei nº 36/2023, de 26 de maio, determinou a transição das competências relativas ao Licenciamento Industrial do IAPMEI e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR, IP). Em particular e no quadro do Sistema da Indústria Responsável (SIR), as CCDR IP passaram a assumir o papel de entidade coordenadora de licenciamento dos estabelecimentos industriais, até então da competência do IAPMEI e das DRAP, nas atividades indicadas no Anexo III do SIR e para os estabelecimentos industriais classificados nas tipologias 1 e 2. As CCDR IP assumiram igualmente o papel de entidade coordenadora de licenciamento das Zonas Empresariais Responsáveis (ZER). Neste contexto, e considerando ainda o contributo que concorre para os indicadores transacionais e de realização do Contrato Programa que, na área da política económica, remetem para os prazos para a emissão de decisão SIR nos estabelecimentos industriais de tipologia 1, por força dos regimes de ambiente, este objetivo operacional/indicador propõe a análise, desenho (projeto) e criação/construção/implementação de um “Sistema Integrado para a Coordenação do Licenciamento Industrial, na CCDR LVT IP – SICLI_LVT”. Este, a ser incorporado nas plataformas informáticas da CCDRLVT, terá de garantir a interoperabilidade digital direta com a já existente plataforma SIR, da responsabilidade do IAPMEI e recorrer às tecnologias mais recentes, incluindo IA para a automatização de fluxos e procedimentos, sempre que aplicável. A adoção na CCDR LVT IP de uma estrutura de funcionamento desta natureza, em coerência e respeito pelo enquadramento legal em vigor, adaptada ao edificado organizacional pré-existente e que preveja as interdependências relacionais internas e externas (entidades consultadas e operadores/indústria), implicadas por força dos procedimentos a cumprir, permitirá otimizar fluxos de serviço, promover a transparência e conduzir a ganhos de eficiência e eficácia necessários. Cronologia dos trabalhos: A proposta de previsão cronológica de trabalhos, está condicionada às respetivas dependências, atento envolver a participação e articulação com outras UO. 1º trimestre 2024: Reuniões com o IAPMEI para preparação da transição das competências em referência neste objetivo (a transição teve início em 1 de Março 2024) – realizado. 2º trimestre 2024: Análise e identificação de procedimentos e requisitos, em articulação com a UAL e UACNB, e com o apoio participado da UCISTI, para a preparação da elaboração do desenho de caderno de encargos, tendo em vista a adjudicação da aquisição do estudo, desenho, construção e implementação do “Sistema Integrado para a Coordenação do Licenciamento Industrial da CCDR LVT – SICLI_LVT” IP (conceção/construção), considerando a CCDR LVT IP não dispor, nos seus recursos internos, de competências especializadas necessárias e disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos a realizar. 3º trimestre 2024: Desenho do caderno de encargos em articulação com a UAL e UACNB e com o apoio participado das UCISTI, UGAFRH e USIAAL. 4ºtrimestre 2024: Consulta ao mercado para estimativa de custos e acompanhamento e colaboração com as Unidades Orgânicas Competentes da CCDR LVT IP para a preparação e lançamento do concurso para uma aquisição de serviços.</p>				
Ind 2	<p>Com a publicação da Deliberação n.º 133/2024, de 26 de janeiro, a CCDRLVT, I.P. passou a integrar competências na área da política de conservação da natureza, nomeadamente no que se refere à cogestão de áreas protegidas e à sensibilização ambiental. As competências das CCDR, I.P. no que se refere à cogestão de áreas protegidas, passaram a estar, também, contempladas na alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, operada pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, resultante do qual as CCDR passam a integrar as comissões de cogestão de área protegida. Quer no que respeita às novas competências adquiridas em matéria de cogestão de áreas protegidas, quer no que respeita à sensibilização ambiental, a CCDRLVT, I.P. configura-se como entidade participativa, não se constituindo como entidade coordenadora das mesmas. Face ao enquadramento efetuado, e por forma a dar resposta aos indicadores transacionais e relacional da área de política de conservação da natureza, pretende-se elaborar um relatório que explane as atividades que vierem a ocorrer durante o ano de 2024, sintetizando a participação e os contributos da CCDRLVT, I.P. para estes domínios. Assim, i) Até final do 1º semestre irá ser delineada/definida a estrutura do relatório, tendo em conta as ações até lá desenvolvidas e as que se perspetivam desenvolver; ii) Até setembro de 2024 está previsto que a elaboração do relatório já se tenha iniciado com a descrição e enquadramento de todas as ações desenvolvidas; iii) Até ao final do 3º semestre (em respeito com a(s) meta(s) estabelecida(s)) será concluído o relatório.</p>				
Ind 3	<p>Realização de ações de fiscalização, enquadrando as diligências aplicáveis conforme os resultados, sobre ocupações de território em violação dos regimes legais aprovados pelos Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação atual, referente à Reserva Ecológica Nacional; Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na redação atual, referente à Reserva Agrícola Nacional, bem como, no tocante à Rede Natura 2000, salvaguardar o cumprimento da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e da Diretiva92/43/CEE (Diretiva Habitats).</p>				
Ind 4					
Ind 5	<p>Nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, na sua redação atual, estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da CCDR LVT, na circunscrição territorial competente, as operações urbanísticas relativas a obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação ou demolição sujeitas ao procedimento de licença nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), exceto nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas de imóveis afetos ao Património Cultural, I.P. e à Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., nos termos da alínea d) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro. O prazo legal de emissão de parecer determinado pelo RJUE, no seu artigo 13.º - Disposições gerais sobre a consulta a entidades externas - é de 20 dias, considerando-se haver concordância com a pretensão formulada se os respetivos pareceres, autorizações ou aprovações não forem recebidos dentro do prazo (n.º 5 e n.º 6 do referido artigo).O SIRJUE é o Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, disponibilizado no Portal Autárquico, por onde tramita o processo de licenciamento urbano e o procedimento de consultas externas às entidades.</p>				
Ind 6	<p>Constituindo a agilização dos procedimentos de revisão dos PDM para adequação ao novo RJIGT uma prioridade e considerando que na Região de Lisboa e Vale do Tejo todos os Planos Diretores Municipais foram já objeto de parecer em sede de Comissão Consultiva (o de Óbidos ocorrerá em Setembro de 2024), o esforço possível desta CCDR concentra-se na resposta no prazo estabelecido às solicitações de análise remetidas pelas Câmaras Municipais no sentido de responderem aos condicionamentos apostos no parecer final.</p>				
Ind 7	<p>O indicador da taxa de execução do PR Lisboa 2030 refere-se aos montantes de fundo executado e pago pelos beneficiários, obtido pelo investimento elegível validado em pedidos de pagamento mediante aplicação da taxa de cofinanciamento em vigor na operação. Na fórmula de cálculo o valor executado apurado corresponde ao fundo acumulado executado. O valor programado refere-se à dotação fundo do Programa.</p>				
Ind 8	<p>As áreas de Reserva Ecológica Nacional são sujeitas a um regime de restrição de utilidade pública que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando o seu regime jurídico os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Todas as ações em violação ao disposto no RJREN estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que se encontram expressamente previstas no artigo 20.º do citado diploma legal e relativamente às quais são elaborados os respetivos autos de notícia, dão origem aos correspondentes processos de contraordenação que irão ser contabilizados no indicador em apreço.</p>				
Ind 9					
Ind 10	<p>Pretende-se garantir a execução do PDR2020, através da análise dos Pedidos de Pagamento formalizados e completos (que reúnam condições de análise). Relativo a medidas 3 e 8 do PDR ou as equivalentes do PEPAC. Após aprovação dos Pedidos de Apoio a fundos comunitários o beneficiário pode submeter o/os Pedidos de Pagamento das despesas elegíveis referentes aos projetos, competindo aos técnicos das CCDR a sua análise e acompanhamento da sua execução. Excluem-se da base de cálculo os PP dos Grupos Operacionais, considerando que o volume, complexidade e demora na análise, face aos recursos que é possível alocar à atividade, torna impraticável o esforço de cumprimento exigido pelas metas definidas.</p>				
Ind 11	<p>Os apoios atribuídos pelo Estado através da cooperação técnica e financeira, são suportados pela dotação da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo da responsabilidade da CCDRLVT, IP., a receção de candidaturas e a sua análise, bem como o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos, atribuição cometida à USIAAL/DAL. Este sistema de incentivos encontra-se orientado para investimentos públicos de âmbito municipal e supramunicipal, no quadro dos objetivos de política de desenvolvimento local, regional e setorial. O Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, define as áreas de investimento elegíveis e as condições para a participação do Estado no financiamento de projetos de investimento da responsabilidade dos diferentes níveis da Administração Pública, através da celebração de contratos-programa e de acordos de colaboração, estabelecendo o seu regime. As entidades que podem celebrar contratos-programa ou acordo de colaboração com a Administração Central são os municípios, as comunidades intermunicipais, as áreas metropolitanas e as empresas do setor empresarial local. Neste âmbito, o Governo pode determinar áreas de investimento específicas a considerar na dotação da CTF, cujas regras de candidatura e financiamento são regulamentadas por diploma próprio. As candidaturas podem ocorrer em qualquer altura do ano e a CCDR tem um prazo máximo de 30 dias para se pronunciar.</p>				
Ind 12	<p>O Centro Qualifica Administração Pública (AP) da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. foi criado por Despacho n.º 12126/2021, de 14 de dezembro, com o objetivo de dar resposta às necessidades de qualificação de trabalhadores/as da administração pública da região de Lisboa e Vale do Tejo, criando condições favoráveis para abranger o maior número possível de trabalhadores/as, com habilitação inferior ou igual ao 12º ano de escolaridade. Conforme Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro e de acordo com a Carta de Qualidade da ANQEP, a intervenção dos Centros Qualifica, contempla várias etapas, das quais se destaca a realização de sessões de orientação/encaminhamento, pelas TORVC (Técnicas de orientação reconhecimento e validação de competências) com os candidatos inscritos. As referidas sessões, que podem ser presenciais ou à distância, incluem a análise do perfil do/a candidato/a, a avaliação do seu percurso de vida e experiência profissional, a identificação de objetivos de qualificação, o diagnóstico de necessidades e a proposta do percurso de qualificação mais adequado, resultando desta fase o encaminhamento do adulto para reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), para formação ou para Comissão de Avaliação e Certificação (CAC).</p>				
Ind 13	<p>O Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio de 2023, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos, prevê na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º a integração nas CCDRs das DRAP – Direções Regionais de Agricultura e Pescas. Neste âmbito, interessa evoluir o site institucional da CCDR LVT, I.P. com informações atualizadas, através da criação de páginas rápidas e objetivas, criando conteúdos relevantes nas áreas integradas que permitam a uniformização da presença digital. Esta otimização do site é fundamental para posicionar o instituto nas principais posições dos motores de busca, aumentando a sua visibilidade e confiança aos interessados que o procuram.</p>				
Ind 14	<p>O site institucional da CCDR LVT, I.P. constitui-se como um canal de contacto duradouro com os seus interessados, através do qual é fortalecida a presença digital do instituto mediante a disponibilização de um local onde possa ser consultada informação importante, atualizada e confiável. Num contexto em que o cidadão está mais informado, conectado e exigente, a implementação de um agente virtual com tecnologia de inteligência virtual conversacional, dinâmica e generativa, permite criar uma experiência de interação mais personalizada, oferecendo recomendações de conteúdo e facilitando a navegação do site.</p>				